

## RESENHA

Breno Macedo\*

GOHEEN, MICHAEL W. **A igreja missional na Bíblia**: luz para as nações. São Paulo: Vida Nova, 2014. 286 p.

Mais um manual de como a igreja pode fazer missões. Foi o que pensei ao começar a ler esse livro. Entretanto, para minha surpresa, o autor entende que ser uma igreja missional não é simplesmente ser um grupo de indivíduos que crêem em Cristo e buscam cultivar a prática de comunicar o evangelho. De acordo com Goheen, ser missional faz parte da essência e da identidade da igreja. A igreja não simplesmente faz missões, ela é missional em sua própria natureza. Goheen é professor de cosmovisão e estudos religiosos na Trinity Western University e sua dissertação de doutorado foi na área de missiologia. Ele também é coautor, junto com Craig Bloomer, de um livro intitulado *The Drama of Scripture: Finding Our Place in the Biblical Story*, onde as Escrituras são vistas como uma grande narrativa (metanarrativa) que serve de fundamento para o desenvolvimento de uma cosmovisão cristã. *A Igreja Missional na Bíblia* é um excelente estudo bíblico-teológico da relação entre a igreja e missões. A habilidade exegética de Goheen e sua visão da história bíblica como o desenvolvimento progressivo de uma narrativa da redenção fazem com que o livro seja um cuidadoso estudo canônico da relação entre a igreja e missões nas Escrituras.

A estrutura do livro em si já demonstra sua unidade e progressividade. Ele é composto de 9 capítulos que poderiam ser divididos em quatro grupos. O capítulo 1 é a introdução ao livro. Nele encontra-se o argumento central, os objetivos e importantes definições que guiarão o leitor na compreensão

---

\* Mestre em Divindade (M.Div.) pelo Greenville Presbyterian Theological Seminary, Mestre em Teologia (Th.M.) pelo Puritan Reformed Theological Seminary e candidato ao doutorado (Ph.D.), na área de teologia histórica, pela University of Free State, África do Sul. Leciona no Seminário Teológico Presbiteriano do Nordeste, em Teresina.

dos capítulos subsequentes. Os capítulos 2 e 3 analisam o Antigo Testamento e buscam fundamentar a tese do autor na dispensação da Antiga Aliança. Os capítulos 4 a 7 visam fazer no Novo Testamento aquilo que os anteriores fizeram no Antigo. O capítulo 8 é um apanhado geral, um tipo de resumo daquilo que o autor encontrou na Escritura como um todo sobre o assunto. O capítulo final é um exemplo do que para Goheen seria uma igreja missional hoje. Aqui ele descreve sua própria experiência e sugere 13 maneiras para se desenvolver e experimentar igrejas missionais hoje.

Para Goheen a palavra “missão” lembra à igreja que ela existe não para ser uma comunidade voltada para si mesma, mas “orientada para o mundo” (p. 20). A crítica do autor é que se discute muito metodologia e prática quando missões deveriam ser encaradas como o que a igreja é enquanto grupo, daí o termo “missional”. Quando a igreja entende que precisa estar orientada para o mundo, ela então passa a ser um agente ativo na história de Deus, interagindo criticamente com a cultura e a sociedade. Para Goheen,

[...] somente quando a igreja é uma encarnação fiel do reino como parte da cultura ao seu redor – mas em contraposição à sua idolatria – é que sua vida e suas palavras produzirão um testemunho atraente e convincente a favor das boas-novas de que em Jesus Cristo um novo mundo é chegado e está chegando (p. 21).

O autor parte então para uma análise histórica da interação da igreja com o mundo ao seu redor. Ele inicia com a igreja primitiva, que compreendia sua identidade missional e cujo papel foi genuinamente testemunhar para sua sociedade que o reino de Deus havia chegado, argumentando que a partir do momento que o cristianismo passou a ser uma religião reconhecida pelo Estado, sua identidade missional começou a desaparecer (p. 26). A realidade atual, explica Goheen, é que a igreja permitiu-se moldar pelo pós-iluminismo e o consumismo enquanto história cultural, tornando-se então uma “mera vendedora de bens e serviços religiosos” (p. 32).

Na busca de compreender corretamente a igreja, o autor inicia sua investigação no Antigo Testamento. “O relacionamento do povo de Deus com os de fora de sua comunidade é desenvolvido na narrativa de Israel e de seu chamado em meio das nações” (p. 41). Aqui, Goheen enfoca as alianças que Javé faz progressivamente com Israel, primeiro com os patriarcas no livro de Gênesis e finalmente com o povo, então se tornando uma nação, no livro de Êxodo. Em Abraão, Javé elege uma família para participar de uma missão: “desfrutar da bênção redentora de Deus e andar nos caminhos do Senhor *a fim de que* as nações possam participar dessa bênção” (p. 51). Mas enquanto em Gênesis Deus promete a Abraão o surgimento de uma grande nação a partir dele, em Êxodo surge essa nação e sua função é levar às outras nações a bênção prometida. Enquanto nação, a forma como Israel executará sua missão é

descrita por meio de duas imagens: “reino de sacerdotes” e “nação santa”. A primeira imagem diz respeito a Israel vivendo uma vida “em favor das nações” (p. 59). A segunda diz respeito ao modo de vida de Israel, uma nação que vive no meio de outras evidenciando padrões éticos transformados por Javé. Assim, Goheen conclue que o chamado missional de Israel é *centrípeto*. “Israel deve encarnar a intenção que Deus tinha com a criação de toda a humanidade em favor do mundo, vivendo de tal maneira que atraia as nações à aliança com Deus” (p. 60).

Após analisar a fundação de Israel enquanto nação e o recebimento de sua missão entre as nações, Goheen segue a história veterotestamentária e investiga os diferentes contextos nos quais Israel viveu enquanto nação missional. Ele divide esses contextos em quatro situações: tribal, monárquico, exílico e intertestamentário. “Em cada situação, eles deveriam ser *o povo de Deus em favor das nações*, fosse como uma livre confederação de tribos, ou como uma monarquia unida e forte, ou como um povo disperso entre as nações” (p. 71, ênfase minha). Durante a situação tribal, os principais temas missionais relacionados a Israel são o confronto com a idolatria das nações vizinhas e a instrução de gerações subsequentes nos padrões de Javé. A situação monárquica é inaugurada em um momento no qual a identidade de Israel, tanto missional quanto nacional, havia se perdido. Um rei é então estabelecido para “derrotar nações idólatras que ameaçam Israel”, para promover uma vida de retidão nacional ligada ao templo e para servir como “símbolo do generoso governo universal futuro de Deus sobre as nações” (p. 79). É também nesse período que outra dávida, os profetas, surgem para fortalecer o papel e a identidade missional de Israel. Sua tarefa principal é questionar Israel quando sua identidade é esquecida e sua missão é negligenciada. A negligência e infidelidade de Israel leva a nação ao exílio, guiando-a também a um novo formato de execução do seu papel missional: “viver como uma minoria em meio às culturas pagãs” (p. 84). Nesse novo contexto, o principal problema é a assimilação cultural. Ao comparar a cultura judaica com as demais, as novas gerações poderiam rejeitar sua própria herança cultural por ser exigente e difícil demais de ser vivida. Para combater esse perigos, dois mecanismos surgiram: o papel dos anciãos e a literatura exílica. Por último, no período intertestamentário, enquanto Israel alimenta a esperança de um futuro no qual Javé é o monarca absoluto sobre todas as nações, os missinários de Deus fecham-se num casulo de ódio contra as nações pagãs que detêm sobre eles governo e poder.

O fracasso de Israel em viver como luz para as nações é completamente remediado e transformado pela obra salvífica de Cristo. Segundo Goheen, é em Jesus que as expectativas de um reino divino escatológico finalmente são cumpridas. A mensagem da chegada do reino é uma das características de sua pregação. Goheen explica que, apesar de Jesus não ter explicado exatamente o que quer dizer por “reino”, duas características podem ser deduzidas de seus

ensinamentos: o reino é a presença de Deus para a derrota dos inimigos do seu povo e a chegada da salvação escatológica como um evento do qual os ouvintes podem participar (p. 101). Dessa forma, “a vinda do reino significa um *encontro missionário* entre o poder do reino e os poderes demoníacos e idólatras que distorcem as estruturas da sociedade humana”, afirma Goheen (p. 104). Em Cristo, as expectativas de reunião e restauração de Israel para dar continuidade à sua missão entre as nações também são cumpridas. A seleção, treinamento e envio de doze discípulos simboliza essa restauração da antiga nação. Entretanto, nesse reino escatológico, Israel é composto por muito mais que descendentes de Abraão, já que os gentios também são chamados a fazer parte dele. Os membros do reino, o Israel restaurado, são, portanto, chamados a viver como luz para as nações e são divinamente capacitados para cumprir sua missão. A eles é concedida a restauração de seu relacionamento com Javé em Cristo, o perdão de pecados, o dom do Espírito e um novo coração, tudo isso para que eles vivam como luz no meio das nações.

Após a ressurreição e ascensão de Cristo, Goheen observa que o livro de Atos trata da Igreja dando continuidade à missão de Jesus. Seguindo o padrão veterotestamentário adotado pelo próprio Jesus, a Igreja é agora uma comunidade integrada na qual o testemunho servirá de luz para as nações e as atrairá para uma aliança com Deus. Aqui, Goheen identifica quatro maneiras pelas quais Lucas conecta a missão da Igreja com a missão de Jesus conforme relatada no evangelho: a histórico-redentora, os paralelos literários, a obra do Espírito e a expansão geográfica. Quando esses quatro fatores são comparados entre Cristo e a igreja, Goheen percebe um padrão no qual a igreja repete a característica do ministério de Cristo (p. 152-155). Na formação dessa comunidade escatológica que leva adiante a missão de Jesus, há três desdobramentos notáveis: sua reunião em uma localidade geográfica, a exclusão do povo de Deus daqueles que rejeitam Cristo como o Messias e o acréscimo dos gentios a essa comunidade. Em Jerusalém, a igreja experimenta o padrão da missão do antigo Israel primeiro pela dedicação ao ensino apostólico, no culto e na administração dos sacramentos. Além disso, eles vivem publicamente a vida do reino, evidenciando experimentalmente o que é ser membros dessa comunidade escatológica. Por fim, ela atrai para si outros que se unirão na mesma tarefa. Em Antioquia, onde os cristãos recebem esse nome pela primeira vez, surge uma igreja com várias diferenças daquela em Jerusalém. Seus membros, judeus e gentios, vivem em harmonia, rompendo todas as barreiras sociais. Também é de lá que surge o primeiro ímpeto missionário, no qual a igreja enxerga “além de seus limites geográficos e pergunta-se como pode participar na propagação do evangelho até os confins da terra” (p. 182).

Depois de fazer uma análise exaustiva da igreja missional tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, Goheen propõe o que seria uma igreja missional hoje. Com o que ela se parece no século 21 e como implementá-la.

Dentre as várias características propostas por Goheen, destacam-se o uso do culto público como instrumento de cultivo de uma identidade missional, a necessidade de se entender o contexto cultural da igreja, o treinamento para o confronto missionário e pais preparados para fortalecer a fé de seus filhos. Segundo Goheen, uma igreja missional é preparada e estimulada quando ela se reúne para cultivar. Uma das maneiras pelas quais o culto pode ter esse efeito na igreja é utilizar a metanarrativa bíblica ao longo do culto. Uma outra maneira é utilizar os elementos de culto para reorientar e redirecionar os membros da igreja “para o mundo incrédulo como a perspectiva suprema de nossa vocação” (p. 242). Com relação ao contexto cultural da igreja, Goheen sugere que ela precisa entender profundamente as diferentes cosmovisões que a cercam e não se deixar iludir pelo desejo de que a cultura seja algo que ela não é. Quanto ao confronto missionário, Goheen refere-se à prática evangelística associada à vida no reino. Ele se refere “à maneira que os leigos encarnam o senhorio de Jesus Cristo no seu trabalho, nos negócios, na vida acadêmica, no trabalho social, nos tribunais, e na construção civil” (p. 254). Ele alerta para o sofrimento inevitável que surgirá desse confronto missionário. Por último, Goheen lembra que em Deuteronômio uma das ameaças que o povo de Deus enfrenta em sua tarefa missional é “o fracasso em transmitir a fé à geração seguinte” (p. 263). Goheen descreve os passos que deu para implementar em sua própria família esse objetivo. Cultos familiares (domésticos), educação cristã, moderação no uso de tecnologia, compreensão do contexto cultural, treinamento dos filhos para serem bons membros da comunidade da aliança.

*A Igreja Missional na Bíblia* é um excelente exemplo de aplicação de teologia e cosmovisão bíblicas para entender um assunto extremamente relevante para a vida da igreja: sua identidade enquanto agente de conversão de almas. Ele utiliza de maneira magistral a metanarrativa bíblica transformando-a no fundamento para uma teologia de missões. Mas será que esse livro é sobre eclesiologia? Goheen frequentemente destaca a importância da eclesiologia para a identidade missional da igreja, sem oferecer uma definição precisa do termo. Em um momento de elucidação sobre o assunto, ele explica de forma breve que “eclesiologia tem a ver com a compreensão de nossa identidade, quem somos e por que Deus nos escolheu – a quem pertencemos” (p. 21). Enquanto Goheen de maneira alguma está errado, a eclesiologia não está limitada ao que a igreja é, mas também ao que a igreja faz e como faz. Na dogmática clássica, a eclesiologia engloba, além da identidade da igreja, outros assuntos como marcas, autoridade, governo, culto e meios de graça.

A impressão é que Goheen associa desnecessariamente a ideia de eclesiologia à sua teologia de missões. Talvez outra dificuldade encontrada em Goheen é um fato que ocorre frequentemente com teólogos bíblicos que desejam encontrar um tema central em toda a Escritura: a identificação forçada de sua matriz teológica em textos que não oferecem claro suporte para elas. Por exemplo: ao

expor a importância simbólica dos doze apóstolos como representação do povo de Deus em conjunto engajando-se na atividade missionária, Goheen parece esquecer dos esforços individuais de homens como Filipe e de duplas como Paulo e Barnabé. Ele também parece esquecer que após a ascensão de Cristo os doze se espalharam pelo mundo ao invés de executar a obrigação missional como um grupo. Por último, na seção sobre a prática da igreja missional, a insistência de Goheen em um movimento missional centrípeto leva-o a sugerir a mudança da ênfase introvertida na utilização dos sacramentos para uma ênfase mais extramuros, mais focada na vocação da igreja para com o mundo. “Os dois sacramentos devem ser escatológicos e missionais e a nossa celebração litúrgica de ambos deve promover essa visão” (p. 242). Mas Goheen não oferece suporte algum para tão corajoso imperativo. Não é o próprio Cristo quem diz qual deve ser a ênfase dos sacramentos? Não são as palavras da administração ordenada por Cristo “esse é o meu corpo que é dado por vós” e “este é cálice da nova aliança no meu sangue derramado em favor de vós”? Como então mudar a ênfase introvertida (para a igreja) dos sacramentos quando parece ter sido exatamente essa a função para a qual Cristo os deu à sua noiva?

Se você está buscando um bom livro sobre teologia de missões que evita as soluções enlatadas e interage com a grande história da redenção bíblica, então Goheen é uma excelente opção. Apenas leve com você alguns grãos de sal.